

## **Padrões de vida familiares e políticas sociais: uma abordagem às famílias com crianças**

*Susana Martins*

### **Introdução**

Esta comunicação propõe-se abordar os padrões de vida das famílias portuguesas com crianças, evidenciando-se, desde logo, a necessidade de se conhecer os seus contextos materiais, socioprofissionais e culturais. As análises, assim produzidas, conferem uma perspectiva mais alargada para a reflexão de políticas sociais que abrangem este segmento da população.

Uma vez conhecidos os padrões de vida das famílias com crianças, a reflexão sobre a dimensão mais política decorre de uma análise que contempla as inserções e caracterizações socioprofissionais e as qualificações dos seus membros. Estas constituem esferas importantíssimas para a estruturação de relações e recursos disponíveis individual e familiarmente, e relacionam-se com os apoios institucionalmente facultados, sobretudo através do estado, em benefícios orientados para a família. Saliente-se o facto de este texto ter cabimento no âmbito de uma reflexão que se apoia na relação entre estes dois vértices de análise: o reconhecimento de padrões de vida diferenciados e a atribuição de benefícios de apoio à família.

A informação empírica diz respeito a microdados do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) de 1999-2000 do INE. Tem ainda como principal enquadramento o modelo de análise dos padrões de vida dos portugueses, construído no âmbito do projecto intitulado Padrões de Vida: Perfis e Tendências na Sociedade Portuguesa Contemporânea (Desenvolvimentos conceptuais e exploração analítica de microdados estatísticos), no Centro de Investigação e Estudos em Sociologia.<sup>102</sup>

### **Padrões de vida das famílias com crianças. Aspectos processuais e operatórios para a construção de padrões de vida**

Para a concretização de uma perspectiva multivariada, recorreu-se à Análise da Homogeneidade (Carvalho 1999) que associou variáveis que dizem respeito às dimensões inscritas no conceito padrões de vida. Devido ao número elevado de categorias, projectou-se em gráficos distintos (apesar de serem uma só análise da homogeneidade), a configuração socioprofissional e educacional dos adultos, os consumos realizados pelos seus agregados domésticos e, por fim, os equipamentos de que dispõem. Tal processo melhora a visibilidade e operacionalidade da localização dos indicadores num mesmo espaço simbólico (figuras n.<sup>os</sup> 1, 2 e 3).

---

<sup>102</sup> Este projecto, com coordenação do Professor Doutor António Firmino da Costa, foi aprovado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (referência: POCTI/36483/SOC/2000), no quadro do POCTI, e participado pelo fundo comunitário europeu FEDER.

O facto da unidade de análise se referir aos indivíduos com 15 e mais anos, pertencentes a famílias com crianças, prende-se com a possibilidade de garantir que se possam ter em conta indicadores como a caracterização socioprofissional e socioeducacional, não se circunscrevendo apenas ao representante do agregado. Esta questão foi equacionada de modo a que o perfil masculino, que assenta na maioria dos representantes dos agregados familiares, não marcasse uma posição colectiva familiar, obscurecendo as diferenciações internas, nomeadamente as que dizem respeito às mulheres, protagonistas de grandes dinâmicas sociais no Portugal contemporâneo.

As variáveis de consumo que constam na figura 2 resultam de um índice de despesas que se foi construindo, de forma etápica, através de Análises de Componentes Principais (Carvalho 1999), tendo em vista a construção de índices agregados, reduzindo um grande número de indicadores disponíveis no IOF (1999/2000), garantindo-lhes uma melhor operacionalização. Estas variáveis têm uma escala de 1 a 6 que baliza os extremos de consumo: a inexistência e os elevados consumos, respectivamente.<sup>103</sup> Com excepção da alimentação básica e das despesas com habitação, em que o número de casos que não tinha qualquer consumo era residual, justificando-se uma escala de 1 a 5, que compreende uma graduação de despesas que vai de gastos mínimos até os mais elevados. E ainda, uma outra, que diz respeito aos transportes públicos que, devido à concentração das despesas em 25% dos indivíduos, optou-se, como na anterior, por uma escala de 1 a 5.

**Quadro n.º 1 - Índices de consume**

Variável final categorizada
Alimentação básica
Alimentação preparada
Habitação
Vestuário e imagem pessoal
Despesas em saúde
Práticas culturais
Transportes próprios
Transportes públicos

No conjunto das variáveis presentes na figura 3, os equipamentos do agregado, constituem também resultados de Análises de Componentes Principais, tendo em conta a gama alargada deste tipo de indicadores. As irregularidades das escalas resultam do facto de não se estar em presença de despesas mas sim de vários tipos de equipamento. Assim, para cada factor (variável) de um tipo de equipamento construiu-se uma escala por referência a diversidade desses equipamentos. Um extremo da escala comporta o número possível de tipos de equipamentos e um outro refere-se à ausência desses equipamentos. Exceptuando as tecnologias correntes que, pela sua difusão, possuem uma

---

<sup>103</sup> Estas escalas foram construídas tendo por base a distribuição da população em percentis.

escala que a categoria 1 diz respeito à possibilidade de se ter até 3 desses equipamentos, num máximo de 7 possíveis.

#### Quadro n.º 2 - Índices de equipamentos

Variável final categorizada
Novas tecnologias
Tecnologias correntes ou massificadas
Novas Grandes equipamentos supletivos

Para não se interferir com a conceptualização de padrões de vida proposta, introduziu-se de forma suplementar o tipo de famílias (apenas as que têm crianças), a idade e a localização socioespacial (urbano ou rural).

Análise dos padrões de vida das famílias com crianças

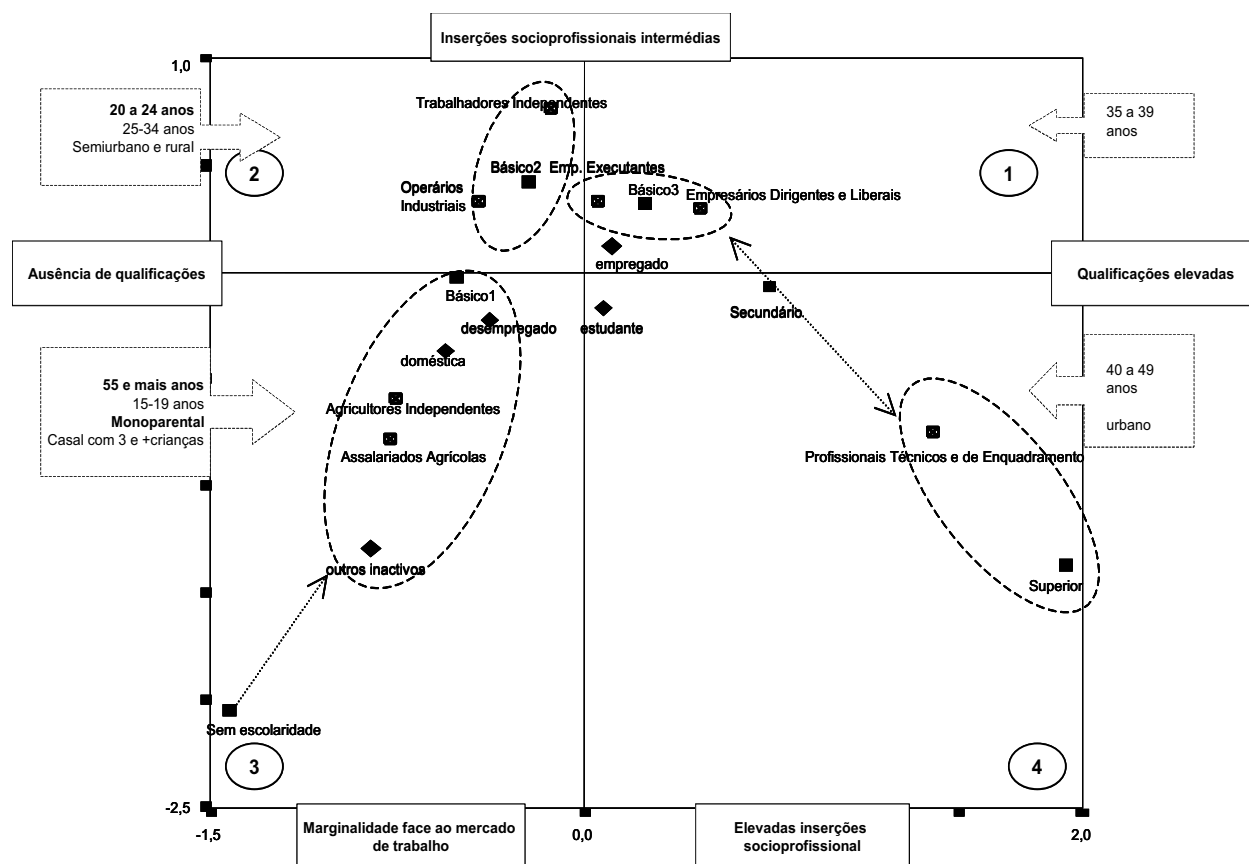
Através das figuras n.ºs 1, 2 e 3, uma primeira análise que sobressai é uma configuração de padrões de vida muito diversificada face aos recursos profissionais, escolares e aos consumos e equipamentos que dispõem.<sup>104</sup>

No que diz respeito ao panorama da figura n.º 1, observamos uma grande amplitude societal. No quadrante 3, as situações de marginalidade ao mercado de trabalho, nomeadamente aquelas que dizem respeito à inactividade, estão muito associadas a segmentos da população altamente desqualificados ou com qualificações muito elementares. Encontram-se aqui sobretudo os mais velhos, as famílias monoparentais, e as que têm 3 e mais crianças. Para além dos inactivos, associam-se a uma escolaridade precária os desempregados. Este quadrante situa ainda os activos da agricultura, categorias residuais face aos vários contextos socioprofissionais. A escolaridade equivalente ao 1.º ciclo do ensino básico encontra-se na fronteira entre esse mesmo quadrante e o 2, aproximando também essa categoria dos operários industriais.

---

<sup>104</sup> A propósito da conceptualização e ilustração empírica das categorias socioprofissionais, trabalhos anteriores permitiram já a sua concretização, dando conta das suas formas e dinâmicas de recomposição (Almeida, Costa e Machado, 1994; Machado e Costa, 1998; Costa, 1999; Almeida, Capucha, Costa, Machado e Torres, 2000; Costa, Mauritti, Martins, Machado, Almeida, 2000). A variável condição perante o trabalho segue a categorização proposta, embora aqui, especificamente no projecto do IOF, se trate de um autoconceito, sujeito portanto à avaliação da sua condição por parte do inquirido.

**Figura n.º 1 - Topologia socioprofissional e educacional dos indivíduos 15 e mais anos das famílias com crianças**



Fonte: INE, IOF, 1999/2000.

**Notas:** A condição perante o trabalho agrega os ‘reformados’, pela sua residualidade, aos ‘outros inactivos’. Nesta figura as variáveis tipo de família, idade e contexto espacial (rural e urbana), variáveis suplementares ou “passivas”, são ilustradas em “janelas” adjacentes a traçado, salientando-se aí as categorias mais discriminantes (ver a bold).

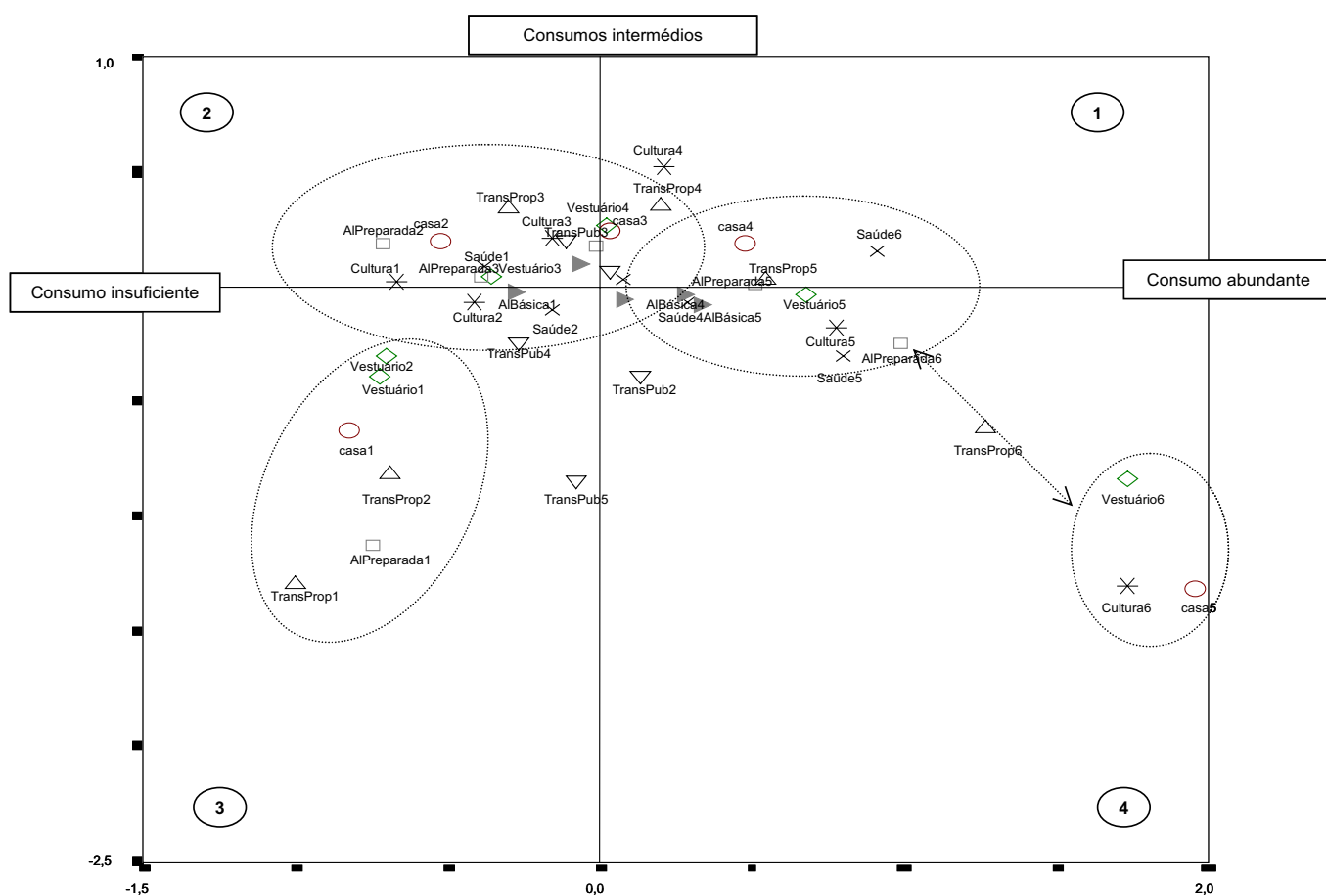
Quanto às variáveis suplementares ou passivas, o quadrante 2 mostra uma configuração que engloba camadas jovens, num contexto semiurbano com franjas rurais. Estas encontram-se próximas da fronteira entre este quadrante e o 3.º, precisamente o que dá visibilidade aos activos da agricultura.

Em contexto essencialmente urbano situam-se os profissionais técnicos e de enquadramento com elevadas qualificações, explicitando os recursos elevados em escolaridade como porta de entrada para esta categoria. Os empregados executantes e os empresários, dirigentes e liberais dividem a proximidade à escolaridade básica (3.º ciclo) e associam-se mais por uma concepção conjunta de padrão de vida do que pela sua inserção na actividade profissional (constatando-se na sobreposição das figuras n.ºs 1, 2 e 3).

Tanto a condição de empregado como a de estudante encontram-se perto do centro da representação gráfica. Esta pouca capacidade discriminante dos empregados deve-se ao predomínio dos assalariados no conjunto da condição perante o trabalho. É interessante, ainda assim, observar como a categoria dos empregados se situa numa relação oposta ao quadrante mais desqualificado e que posiciona os mais excluídos do mercado de trabalho. Os estudantes,

embora se situem no mesmo quadrante dos profissionais, técnicos e de enquadramento, a categoria mais qualificada, encontram-se junto ao centro, não se associando de forma clara a uma categoria socioprofissional. O lugar de centro desta categoria pode ser entendido, em parte, pelo efeito de alargamento da escolaridade, que não ausentando algum sentido de reprodução de social, mostra o quanto esta condição para os indivíduos com mais de 15 anos se tornou socialmente transversal.

**Figura n.º 2 - Topologia de consumos dos agregados familiares com crianças a que os indivíduos com mais de 15 anos pertencem**



**Fonte:** INE, IOF, 1999/2000.

**Legenda:** AlBásica – alimentação básica; AlPreparada – alimentação preparada; Casa – habitação; vestuário – vestuário e imagem pessoal; saúde – saúde; TransProp – transportes próprios; TransPub – transportes públicos; Cultura – práticas culturais.

Estas análises tornam-se mais complexas quando associadas a padrões de consumos que as famílias com crianças no seu agregado possuem. Assim, no quadrante 3 da figura n.º 2, posicionam-se os consumos das famílias daqueles que se caracterizavam pela inatividade ou por inserções socioprofissionais de grande fragilidade, cujas capacidades de consumo são quase nulas. Tal aspecto prende-se com um perfil que tem despesas mínimas em habitação e alimentação básica, práticas culturais, incluindo a educação, e posições que face ao vestuário se situam entre o não consumo e um consumo residual. De resto,

estão completamente afastados de despesas em meios de transporte próprios e de uma alimentação além da sobrevivência. O tipo de família reforça ainda uma visão de destituição que, numa área tão prioritária como a alimentação, se associa a famílias monoparentais e outras com três e mais crianças.

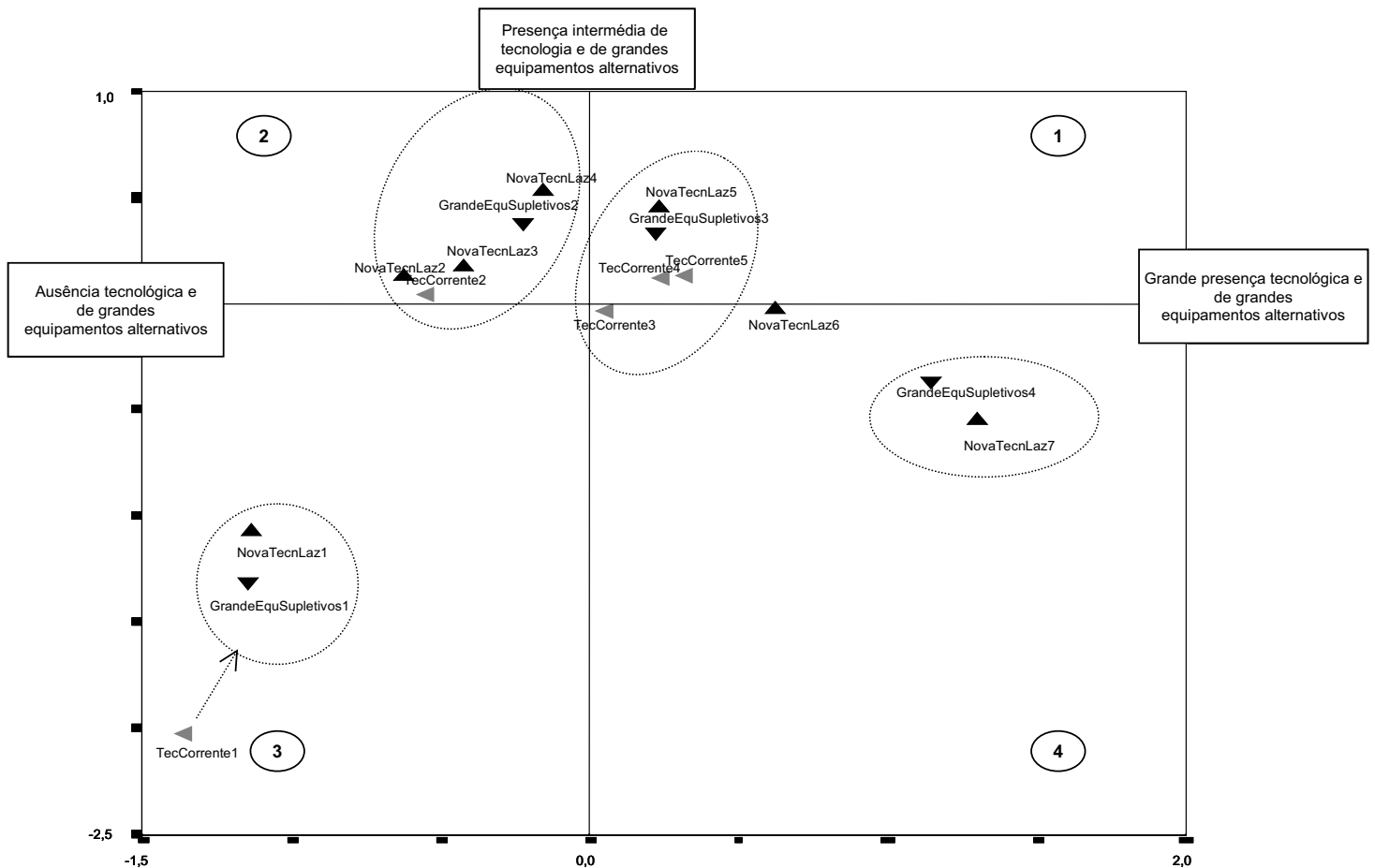
No quadrante 4, mais do que associados a uma certa inserção profissional, os elevados consumos em práticas culturais e habitação, bem como, em vestuário e imagem pessoal ligam-se a uma escolaridade superior. Ainda no quadrante 4, mas mais próximo do 3, encontramos um padrão de consumo que se estende a uma alimentação alargada de custos elevados e a veículos de transporte próprios. Tal perspectiva completa uma configuração altamente qualificada, garantido a estas famílias o mais alto lugar, tanto do ponto de vista simbólico como material, na estrutura social.

Nos quadrantes 1 e 2 encontramos consumos intermédios, sendo os do primeiro mais capazes e os do segundo mais elementares. No quadrante 1 verificam-se ainda gastos muito consideráveis em transportes próprios (5 em 6 na escala) e em habitação (4 num limite de 5), ou seja uma boa configuração patrimonial sobretudo dos empresários, dirigentes e liberais, e quanto às práticas culturais favoráveis, ainda que mais próximas de uma mediania (4 num máximo de 6), estão em maior proximidade, a seguir aos profissionais técnicos e de enquadramento, dos empregados executantes.

A alimentação constitui uma área em que, ora se consome o essencial para viver (ilustrada pelos níveis mais baixos da variável alimentação básica), considerando-se sobretudo o quadrante 3, seguido do 2; ora se manifesta enquanto satisfação de um consumo alargado (mais visível nos consumos de alimentação preparada), tanto orientado para a saúde (que conta com iogurtes e sumos de fruta e alimentação especificada para crianças) como para o gosto (por exemplo, licores, vinhos generosos e aperitivos) (quadrante 4 e 1), relativizando-se também a forma como cada classe social, aqui em contexto familiar, se representa e se relaciona com o corpo (cf. Bourdieu 1979).

De forma atípica em relação às tendências de consumo dominantes situam-se as despesas em saúde e em transportes públicos. A presença no quadrante 1 das despesas mais elevadas em saúde pode estar relacionada com o facto dos empresários, dirigentes e liberais serem aqueles que acedem com maior frequência a sistemas privados de saúde por sua conta. Por outro lado, o espaço que ausenta este tipo de despesas é o quadrante 2, aquele que circunscreve famílias que, embora não lutem pela sobrevivência de forma tão agravada como as do quadrante 3, têm vínculos a sistemas sociais que lhes permitem, nomeadamente na área da saúde, a protecção dos serviços de maior centralidade do estado-providência. Aparentemente paradoxais, são também os consumos em transportes públicos, nomeadamente os do quadrante 3, aqui os mais elevados de todo este espaço topológico, a sugerir uma mobilidade concretizada exclusivamente por esta via.

**Figura n.º 3 - Topologia de equipamentos dos agregados familiares com crianças a que os indivíduos com mais de 15 anos pertencem**



**Fonte:** INE, IOF, 1999/2000.

**Legenda:** NovaTecnLaz – novas tecnologias; TecCorrente – tecnologias correntes; GrandeEquSupletivos – grandes equip. supletivos.

No quadro dimensional do consumo estão os equipamentos que estas famílias dispõem. O quadrante 4, e analisando agora apenas os equipamentos a que os indivíduos têm acesso através do seu agregado, remete para famílias onde a presença tecnológica é elevada, consistente com os seus padrões qualificacionais e culturais. Tendo por referência os profissionais técnicos e de enquadramento, para além de possuírem sofisticação tecnológica para as novas exigências domésticas (ilustrado em objectos como o micro-ondas ou a máquina de lavar loiça), mais divulgadas sobretudo em contextos urbanos, verifica-se uma forte orientação para a tecnologia no lar, seja sob uma utilização para o lazer seja para o trabalho. Situados no quadrante 4 e partilhando alguns destes processos com seus pares europeus, protagonizam alguns dos traços mais marcantes da designada sociedade de informação e do conhecimento, envolvendo níveis de tecnicidade bastantes exigentes tanto em termos da sua utilização quotidiana, como nos seus aspectos mais relacionais, simbólicos e analíticos.

No quadrante 4, associam-se, ainda, bens de conforto, como o ter segundas casas e segundos carros, enquanto garantias não só patrimoniais, mas também



de alguma alternância de contextos e promotora de estilos de vida diversificados. As crianças que pertencem a agregados onde a presença destes níveis de tecnicidade está altamente incorporada, adquirem, tendencialmente, muitas ainda numa socialização precoce ou primária, disposições que lhes garantem uma entrada directa para os contextos mais exigentes dessa sociedade.

O quadrante 3, e dando continuidade a uma linha de privação em todas as esferas sociais, é espaço de representação de famílias que quase não se dotam tecnologicamente (ou seja, ter até 3 de equipamentos), está associado a padrões de vida altamente desqualificados.

Os quadrantes 1 e 2 revelam no seu interior uma grande concentração e diversidade de equipamentos, embora o quadrante 1 esteja mais “equipado”, o 2, apresenta valores muito intermédios. O que, através de um padrão de tecnologia que as famílias dispõem, podemos perspectivar um certo paradoxo das sociedades contemporâneas ocidentais. É que, se por um lado, a proximidade às tecnologias pode criar, como reverso, um novo tipo de excluídos cada vez mais distanciados dos modos de vida modernos e da suas vantagens; por outro lado, a presença intensa de tecnologia nos quotidianos de uma camada muito alargada da população ilustra bem como alguns desses equipamentos se tem democratizado, reconhecidos como bens de primeira necessidade e importantes para uma nova concepção de cidadania. É interessante observar a forma como se posicionam as categorias que dizem respeito às tecnologias correntes e compreender que algumas destas se encontram massificadas de forma muito consistente. Veja-se a este propósito a forma como uma categoria intermédia (TecCorrente3), que corresponde a ter 5 destes equipamentos, se situa tão próxima do centro dos eixos, revelando um poder de discriminação pouco actuante face a contextos sociais diversificados.

## **Desigualdades Sociais e Familiares e Políticas Sociais**

Uma outra análise diz respeito à configuração das inserções socioprofissionais e socioeducacionais individuais em associação com os benefícios orientados para a família (figura n.º 4).<sup>105</sup> A importância de indicadores socioeducacionais e socioprofissionais para estabelecer associações entre este segmento da população e os benefícios que recebem por via da sua situação familiar prende-se com o facto de serem primordiais para a avaliação da atribuição de tais benefícios, sobretudo no que diz respeito a um apoio estatal.

Todos estes benefícios se inscrevem numa abordagem geral de políticas sociais, que no pós 25 de Abril conheceram um grande alargamento dos seus objectivos. É nesta nova concepção do estado que é reforçada a promoção de cuidados e apoios, entre outros, os ligados à família (Wall 1995).

Assim, são aqui tidos em conta, mediante os indicadores disponíveis no Inquérito aos Orçamentos Familiares, os benefícios periódicos à família (subsídios familiares a crianças e jovens, correspondendo essencialmente ao antigo abono de família); os benefícios não periódicos à família (subsídios de

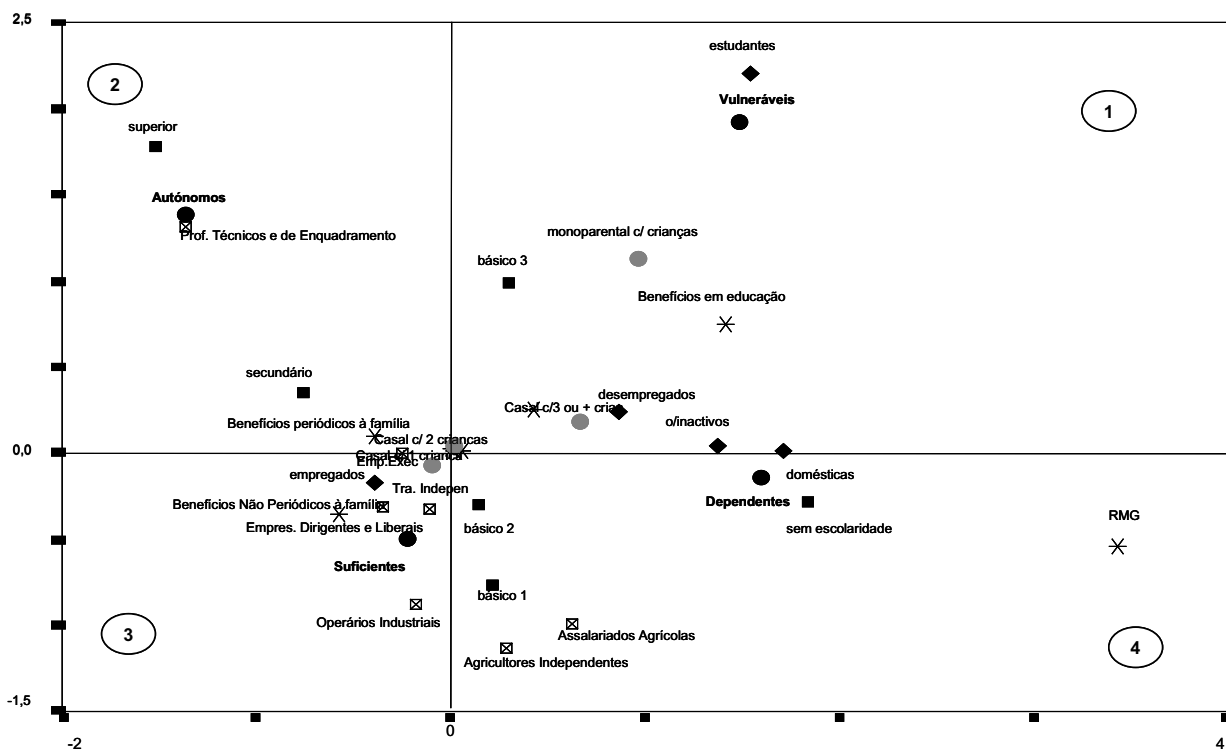
---

<sup>105</sup> Os membros do agregado familiar aqui analisados são os que têm 15 e mais anos, ou seja, os que podem já ter cumprido a escolaridade obrigatória. A pouca universalidade na continuidade desses trajectos marca diferenças assinaláveis nas trajectórias face ao trabalho e à actividade.



casamento, nascimento, aleitação e adopção), o Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e os benefícios em educação e formação (subsídios formação profissional, de educação especial e bolsas de estudo). Os três primeiros tipos de benefícios são assegurados predominantemente pelo estado, os últimos têm origens diversas, como o estado, organismos públicos, empresas, o fundo social europeu e fundações ou instituições particulares de solidariedade social. Do leque apresentado, este é o menos específico para a família, embora possa ser vocacionado para todos os seus membros e se insira em estratégias mais vastas para fazer face a dificuldades não só individuais como familiares.

**Figura n.º 4 - Topologia dos perfis socioprofissionais, educacionais e de protecção familiar dos indivíduos das famílias com crianças**



Fonte: INE, IOF, 1999/2000.

Através da análise de clusters foi possível a construção de quatro tipos de perfis de indivíduos. Numa primeira leitura da figura n.º 4, observamos diferenças claras entre o lado direito e o lado esquerdo. O primeiro, caracterizado por uma maior dependência e vulnerabilidade, o segundo, reconhecido por uma autonomia e suficiência dos indivíduos pertencentes a famílias com crianças face ao estado e a outras entidades promotoras do seu bem estar.

Um primeiro perfil, os autónomos, corresponde àqueles que têm elevadas qualificações e inserções profissionais a condizer. Pertencem, essencialmente, à categoria socioprofissional dos profissionais técnicos e de enquadramento. No âmbito da protecção familiar, têm grande autonomia e independência face ao estado. Contudo, são tocados pelos seus serviços numa concepção universalista do estado-providência. Apesar de não se inscrever claramente nenhum tipo de família no seu quadrante, pertencem a agregados que, em cerca de 88%, têm até 2 crianças. Na análise a este segmento da população, estes indi-

víduos representam apenas 13,6% dos indivíduos, muito aquém do perfil dominante.

Um segundo perfil, os suficientes, é o que abrange um maior número dos indivíduos em análise. Tratam-se sobretudo de assalariados, tanto da indústria como dos serviços, embora com alguma presença de trabalhadores independentes e empresários, dirigentes e profissionais liberais a marcar alguns dos contornos do seu perfil. A escolaridade que pronuncia o seu perfil é a básica, sem que a maior parte tenha cumprido a escolaridade obrigatória (75% tem até o 2.º ciclo do básico). São os mais atingidos pelos benefícios não periódicos, embora poucos beneficiem de tal benesse.

Tanto estes como os autónomos seguem, mesmo que por razões diferenciadas, um maior estreitamento da fecundidade face aos restantes. Embora ambos os perfis se possam inscrever num cenário social e médico de maior controlo, cuja promoção se tem intensificado desde o 25 de Abril, podem-se posicionar face à fecundidade diferenciadamente. Os primeiros, somam à maior capacidade de planeamento familiar, os maiores percursos escolaridade e de contextos profissionais exigentes (Almeida, André e Lalande 2002). Os suficientes, podendo partilhar alguns destes aspectos, têm maiores limitações em termos de recursos utilizáveis na criação dos filhos. Assim, apesar da sua suficiência remediada, a sua estrutura de oportunidades (cf. Kellerhals, Trouillot, Lazega 1989) é de banda mais estreita face aos anteriores. Uma das dificuldades sentidas manifesta-se num contexto insuficiente de redes e soluções de guarda das crianças, mais penalizador para este segmento do que para o anterior, pela inferioridade dos recursos sociais e materiais disponíveis. A este aspecto podemos ainda associar alguma presença de modelos assimétricos entre géneros relativos à divisão do trabalho e educação dos filhos, mais regulares em contextos familiares pouco abonados em recursos escolares, afectando sobretudo as mulheres activas (Torres e Silva 1998). Estas questões reflectem-se na forma como as famílias ponderam e condicionam o seu número de filhos. Uma das orientações do estado no apoio e protecção familiar diz respeito ao número de filhos e estes dois segmentos, para além de se “bastarem” quanto aos recursos, têm, em geral, poucos filhos, o que faz com que sejam beneficiários apenas e sobretudo quanto aos apoios mais universalizados do estado-providência português.

Um terceiro perfil é o dos indivíduos dependentes. Situados no 4.º quadrante, são aqueles que se encontram numa maior exclusão face ao mercado de trabalho e os que possuem piores recursos em escolaridade. Dos activos existentes são estes os que guardam um maior enquadramento na agricultura. São cerca de 15% da população em análise e encontram-se numa situação de extrema fragilidade e altamente dependentes do estado. Dos apoios tidos aqui em conta, cerca de 10% recebem benefícios periódicos à família e perto de 8% recebem o (antigo) RMG, constituindo o perfil mais atingido por este tipo de benefício. Assim, apesar da sua grande sujeição, o estado “abraça” poucos destes indivíduos com os benefícios em análise.

Um último perfil, os vulneráveis, que constituem cerca de 9%, possuem uma grande diferenciação interna. A sua situação de vulnerabilidade advém de na maior parte dos casos se encontrarem em circunstâncias difíceis mas que podem constituir situações de mudança. Poder-se-ia dizer que quer as suas relações familiares quer a sua condição perante a actividade indiciam

situações (difíceis mas) em transição. Por exemplo no contexto familiar, dá conta de uma situação que se poderá ter alterado deixando um dos cônjuges só com as crianças (o caso da monoparentalidade) ou uma família que tem vindo a alargar a sua descendência. Já em relação à actividade, uma parte importante destes indivíduos encontra-se a estudar (cerca de 75%), o que pode constituir uma estratégia de mobilidade, no sentido da melhoria das condições de vida. Este perfil diz ainda respeito a indivíduos que neste momento se encontram sem desempregados, mas que continuam a constituir activos à procura de uma integração no mercado de trabalho. São estes os que recebem mais benefícios orientados para educação e formação, reforçando mais uma vez a sua estratégia de mudança, tendo as qualificações como alavanca principal. São assim os menos beneficiários do estado no seu sentido assistencial, com apoios diversificados na origem do seu benefício. Em relação aos anteriores, detêm escolaridades mais sólidas (cerca de 64% tem a escolaridade obrigatória) e, embora com pesos mais subtis, partilham com eles as margens de inactividade com feição feminina, as domésticas. Os dependentes e os vulneráveis, podendo estar em condições de pobreza, a caracterização dos primeiros remete mais para uma pobreza duradoura e a dos segundos para uma provisória.

Se fizermos uma avaliação geral das políticas sociais (Almeida *et al.* 1992), pode-se dizer que os dois primeiros perfis, os autónomos e os suficientes, se inserem num quadro de políticas sociais globais; os terceiros, os dependentes, atingidos por medidas imediatas para a luta contra situações de pobreza; os últimos, face à sua condição de vulnerabilidade, são abrangidos sobretudo por medidas compensatórias, aqui com maior visibilidade as que dizem respeito às qualificacionais.

### **Notas finais**

Na procura de uma equivalência entre os padrões de vida encontrados e os perfis posteriormente identificados, podemos dizer que os autónomos se inscrevem nos padrões mais qualificados (quadrante 4 das figuras n.ºs 1, 2 e 3 que integram a topologia de padrões de vida), que os suficientes partilham os quadrantes 1 e 2 em padrões intermédios, e os dependentes e vulneráveis enquadram-se no quadrante 3 de forma diferenciada.

Contudo, e tendo em conta apenas os benefícios envolvidos nesta análise, o estado apoia pouco e de forma pouco estruturada a família com crianças. Se problematizarmos a questão do welfare mix (Martin 1995), numa conjuntura de atendimento sobretudo aos casos de maior carência, podemos verificar o encurtamento duma perspectiva universalista da providência em favor do uso dos recursos das famílias que mais podem utilizá-los.

### **Bibliografia**

Almeida, Ana Nunes, Isabel Margarida André, Piedade Lalanda (2002), “Novos Padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal”. *Análise Social*, vol. XXXVI, 163: 371-409.

Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1994), “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”. In António Reis (coord.), Portugal, 20 anos de Democracia, Lisboa, Círculo de Leitores, 307-330.

Almeida, João Ferreira de, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Anália Torres (2000), “Sociedade”. In António Reis (coord.), *Portugal Anos 2000 – Retrato de Um País em Mudança*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 35-72.

Almeida, João Ferreira de, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Isabel Nicolau, Elisabeth Reis (1992), *A Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta, 147.

Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction – Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit, 670.

Carvalho, Helena Maria Barroso (1998), “Variáveis Qualitativas na Análise Sociológica: Exploração de Métodos Multidimensionais”, Doutorado, Lisboa, ISCTE, 552.

Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora, 539.

Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2000), “Classes sociais na Europa”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34: 9-46.

Kellerhals, Jean, Pierre-yves Troutot, Emanuel Lazega (1989), *Microsociologia da Família*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 130.

Machado, Fernando Luís e António Firmino da Costa (1998), “Processos de uma modernidade inacabada – mudanças estruturais e mobilidade social”. In José Manuel Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal que Modernidade?* Oeiras, Celta, 17-44.

Martin, Claude (1995), “Os limites da protecção da família – Introdução a uma discussão sobre novas solidariedades na relação família-estado”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42: 53-76.

Torres, Anália Cardoso, e Francisco Vieira da Silva (1998), “Guarda da crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres”. *Sociologia Problemas e Práticas*, 28: 9-65.

Wall, Karin (1995), “Apontamentos sobre a família na política social portuguesa”. *Análise Social*, vol. XXX (131-132): 431-458.